

UM ESTUDO A RESPEITO DA CRÍTICA ARENDTIANA DO CONCEITO DE TRABALHO EM KARL MARX

A STUDYS ON ARENDT'S CRITIQUE OF THE CONCEPT OF WORK IN KARL MARX

Tiago Nilo¹

RESUMO: O conceito de trabalho – pouco estudado na filosofia – geralmente refere-se a teorias antropológicas ou, ao desenvolvimento da produção de objetos úteis aos seres humanos. Contemporaneamente, com a globalização da produção, pode-se observar de que modo, desde a divisão do trabalho no século XIX, todo trabalho torna-se emprego. Isto é, desde a Revolução industrial, temos assistido de que forma o trabalho como uma atividade individual torna-se um processo coletivo, cujo objetivo mais direto é subsistência do *animal laborans*. A teórica política Hannah Arendt elaborou uma crítica à interpretação que Karl Marx realizou a respeito da sociedade moderna. O objetivo deste artigo é considerar que tal crítica está calcada no conceito de trabalho elaborado por Karl Marx. Segundo Arendt, Marx não faz qualquer distinção entre as atividades do labor e do trabalho. Isto propiciou uma alteração na quantidade dos produtos fabricados (nascendo assim, uma sociedade de consumidores), na natureza do processo de produção (divisão do trabalho e, recentemente a globalização da produção) e, finalmente, na natureza dos bens produzidos (objetos destinados ao consumo e não a serem úteis aos seres humanos). Assim, esta alteração - provocada pela confusão conceitual referente as atividades dos seres humanos – acabou propiciando, também, a confusão entre as esferas público e privado. A natureza desta sociedade, centrada na produtividade infinita e no consumo, passa a ser a miscelânea entre assuntos públicos e privados.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Labor; Produção; Sociedade Moderna; Revolução Industrial.

ABSTRACT: The concept of work - not many studies in philosophy - usually refers to anthropological theories or the development of the production of useful objects to humans. Simultaneously, with the globalization of production, we can see how, since the division of labor in the nineteenth century, all work becomes work. That is, since the Industrial Revolution, we have seen how the work as an individual activity becomes a collective process, whose goal is more direct continuation of the *animal laborans*. The political theorist Hannah Arendt developed a critique of the interpretation that Karl Marx made about the modern society. The aim of this paper is to consider that this criticism is rooted in the concept paper drawn up by Karl Marx. According to Arendt, Marx makes no distinction between the activities of labor and work. This provided a change in the quantity of manufactured products (being born as a society of consumers), nature of production (division of labor, and recently the globalization of production), and finally, the nature of the goods produced (for the objects consumption and not to be useful to humans). Therefore, this change - caused by the conceptual confusion regarding the activities of humans - eventually will also lead to confusion among the public and private spheres. The nature of this society, centered on the infinite productivity and consumption becomes a patchwork of public and private affairs.

KEY WORDS: Work; Labor; Production; Modern Society; Industrial Revolution.

¹ Filição institucional: UNISINOS – Universidade do vale do rio dos sinos – RS. Titulação: aluno do mestrado em filosofia da UNISINOS – Universidade do vale do rio dos sinos. Orientadora: Cecília Pires. e-mail: tiagonilo@pop.com.br

Introdução

Pensar a respeito de Karl Marx e Hannah Arendt é refletir sobre dois pensadores significativos para a filosofia política dos dois últimos séculos. A respeito de dois pensadores que não somente teorizaram uma época, mas atravessaram-na. Karl Marx submergido na revolução industrial do século XIX e Hannah Arendt, da mesma forma, na segunda guerra mundial do século XX. Percebe-se, portanto, que ambos viveram dois momentos históricos diferentes no continente europeu. Em suma, para se compreender suas análises é necessário compreender, também, seu contexto. Assim, tendo presente tais considerações, relato que o presente trabalho será bem específico: um estudo da crítica arendtiana do conceito de trabalho em Karl Marx.

Segundo Wagner (2000, p. 11-12), a crítica de Arendt à Marx tem como fundamento a filosofia da *existenz*, pois o sentido existencial da sociedade para o homem moderno é demarcado pelas expropriações que marcaram o nascimento da sociedade capitalista. E, fundamentalmente, equivale dizer que sua crítica diz respeito a interpretação que Marx fez da sociedade moderna. É a respeito desta crítica que este trabalho pretende se ater.

Primeiro, estudarei alguns pontos analisados por Arendt a respeito de Marx, como a utilização de suas idéias em programas totalitários - *Origens do totalitarismo* (1949) -, a inversão entre pensamento e ação, e as indistinções entre as atividades do trabalho e do labor (o cerne da crítica). Isto irá me permitir adentrar com alicerces mais seguros na crítica que ela faz a Marx em *A condição Humana* (1958).

A crítica arendtiana do conceito de trabalho em Karl Marx

Em *A condição humana* (2005, p. 98) Hannah Arendt explicita que Marx realizou uma confusão conceitual em torno das categorias de trabalho e labor. O propósito deste trabalho consiste em averiguar como Hannah Arendt compreende esta confusão conceitual, e, por consequência, em que aspectos

esta confusão propiciou uma mudança na natureza da própria sociedade moderna.

Para Hannah Arendt existem diferenças entre o labor e o trabalho. O labor é pura necessidade, é uso fruto sem previdência, é movimento *maquínico* responsável apenas por suprir suas mais imediatas necessidades. Já a categoria de trabalho (work) é o rompimento com este ciclo natural, é o que possibilita a construção dos objetos, os quais o ser humano usa para construir o seu mundo cultural. O labor, portanto, é uma atividade derivada da necessidade e do processo biológico. Como lembra Pires (2004, p. 58), laborar é usufruir de um mantimento qualquer para saciar sua fome de forma momentânea, pois no labor não há transcendência do que labora em relação ao labor, há apenas um comportamento ritmado das atitudes corporais. Enquanto que o trabalho não está contido no processo do ciclo vital, pois é por meio dele que o *homo faber* converte o mundo em um espaço de objetos partilhados pelo homem, garantindo assim, a durabilidade e a permanência de um mundo comum entre os seres humanos. O labor está preso a um ciclo interminável, já o trabalho é interrupção com este ciclo natural. Ao contrário do *animal laborans*, o *homo faber* faz rupturas com a natureza, onde, a partir daí, configura o seu mundo humano (PIRES, 2004, p. 60), um mundo dos objetos por ele criado, oposto ao mundo natural.

A distinção entre trabalho e labor, para Arendt, não fora discutida ou, até mesmo, se quer percebida na antiguidade e nas teorias modernas do trabalho. Devido à carência de provas históricas, Arendt assentou suas justificativas na própria etimologia destes termos, afirmando que em todas as línguas européias, antigas e modernas, existem dois termos diferentes para designar o que comumente refere-se a uma só atividade. Este fato foi ignorado na antiguidade por esta sociedade ter total desprezo pela atividade do labor. A compreensão grega da escravidão dava-se por razões ontológicas, pois na antiguidade grega, aquele que vivia somente para suas necessidades era o escravo. De outro modo, inserido na *polis*, o cidadão grego gozava sua liberdade, dotado de *bios politikos*, ou seja, um modo de vida autônomo e autenticamente humano, baseado na ação (*práxis*) e no discurso (*lexis*)

(ARENDRT, 2005, p. 21). Sendo assim, nem o trabalho, nem o labor, faziam parte da vida dos cidadãos gregos, mas sim, do escravo, que vivia condicionado pela égide da servidão, uma atividade que não era, portanto, reconhecida como sendo humana. Com o advento da era moderna todo este mundo cai por terra. Segundo Wagner,

O resultado mais imediato do uso do telescópio por Galileu foi o fim da contemplação enquanto modo de vida do filósofo. Da *vita contemplativa* salvou-se, apenas, o pensamento, uma atividade que era exercida pelos filósofos, anteriormente, como um simples meio de alcançar a quietude e, através dela, a verdade eterna, pois a inatividade interior [do pensamento] é completamente diferente da passividade, a completa quietude na qual a verdade finalmente se revela ao homem. (...) A *vita contemplativa* foi abolida e esse foi o motivo pelo qual a inversão entre pensar e fazer, ocorrida na própria realidade, já não pode mais corresponder a inversão entre *vita activa* e *vita contemplativa*. A atividade de pensar passou a ser a serva da ação – da ação entendida como agir do *homo faber*: o fazer. Com essa inversão foi promovido o *homo faber*, o fazedor e fabricante (...) a posição mais alta entre as potencialidades humanas (WAGNER, 2000, p. 80).

Assim, a submissão do pensamento à ação ocorreu pela subordinação da filosofia moderna à ciência moderna. Descartes fundou sua filosofia na experimentação de Galileu. Deste modo, Arendt não está relatando o desenvolvimento dos sistemas filosóficos, mas sim, o que se efetivou na própria realidade. Ou seja, as conseqüências do desenvolvimento da ciência e da filosofia no cotidiano. Para ela, é a partir de Descartes que o filósofo recolhe-se dentro de si mesmo, instaurando como senso comum a faculdade de raciocínio e não mais ao mundo comum (ARENDRT, 2005, p. 85). E isto, propiciou um isolamento entre os homens, a perda do mundo comum. Hegel busca resgatar o conceito de verdade submerso no solipsismo cartesiano, entendendo-o como um processo histórico, como movimento do espírito absoluto. De um modo mais preciso: Hegel fora pioneiro em trazer a idéia do absoluto (tradicionalmente entregue a *vita contemplativa*) para o mundo dos negócios humanos. No entanto, os homens que fazem a história, para Hegel, não são os protagonistas, pois estão inseridos no desenvolvimento do espírito absoluto. Este sim o feitor da história. Como em Marx não há espaço para o idealismo, o feitor da história é o próprio homem condicionado materialmente e historicamente situado. A luta de Marx contra Hegel, ou como queira, com a

tradição filosófica, é proporcionar uma nova hierarquia das aptidões humanas e, por isso, ele ressalta a relevância da práxis.

O problema, para Arendt, é que Marx deslocou, redirecionou o conceito de verdade de seu lugar costumeiro. O conceito de verdade, segundo a tradição filosófica, situava-se na quietude e na contemplação do filósofo. No entanto, com Marx tal conceito é deslocado para os assuntos humanos, para os negócios humanos. Este deslocamento propiciou uma ruptura com a tradição filosófica. O conceito de verdade passa a integrar os negócios humanos – como, por exemplo, na produção industrial. Deste modo, a preocupação do filósofo deve ser a transformação da realidade estabelecida como desigual entre o capitalista e o trabalhador. Deve ser a transformação da propriedade privada em propriedade coletiva. O lucro da produção deve ser repartido entre trabalhadores e capitalistas. O termo trabalhador, em Marx, é normalmente utilizado para diferenciar-se do capitalista. O trabalhador é aquele ser humano explorado em sua “força de trabalho”. Sua atividade é uma atividade alienada, ou seja, é uma atividade estranha àquele que executa. Como resultado, o trabalho alienado ou alheio tende a uma alienação do trabalhador referente à sua produção. E, numa sociedade fundada na propriedade privada, todo trabalho excedente tende a ser apropriado por uma parcela de indivíduos. No entanto, o trabalho alienado é resultante da organização social moderno capitalista, pois, o conceito de trabalho emancipatório, em Marx, está vinculado com a satisfação de um trabalho construtivo, um trabalho que pertença ao próprio trabalhador, onde o trabalhador não lhe seja indiferente quanto a forma determinada de trabalho, isto é, um trabalho prazeroso e não penoso. O trabalho não apenas como criador de riquezas, mas também como uma atividade que exija certa habilidade de seu trabalhador². A atividade do trabalho, portanto, concebida como condição natural da existência humana, como metabolismo da relação homem-natureza. Ou seja, a atividade do trabalho é o fazer que se expressa

² Faz-se necessário uma profunda atenção a respeito da metodologia marxiana. Karl Marx é um pensador dialético e, como tal, opera conceitualmente de um modo positivo e outro negativo. Dá-se assim com o conceito de trabalho. Seu elemento negativo refere-se à alienação produzida no sistema capitalista, enquanto que, seu elemento positivo refere-se a autoconstrução do ser humano – o trabalho como ponto central na antropologia marxiana.

sob a forma de produção e reprodução teleologicamente orientada. Não sendo somente uma atividade que garanta a existência física do indivíduo, mas também, como uma atividade que o transforme naquilo que ele produziu. Deste modo, o trabalho passa a desempenhar um processo de autoconstrução do ser humano. O trabalho emancipatório dar-se-á quando a sociedade, ou seja, todos os indivíduos em conjunto, regularem a produção geral, apaziguando, deste modo, os conflitos existentes entre os interesses individuais e sociais. Somente desta forma, segundo Marx, o trabalho não será uma atividade imposta, mas livre, auto-realizada, onde o ser humano desenvolve a si mesmo, tornando-se senhor se si mesmo. Enfim, o trabalho emancipatório é o que Marx entende por trabalho produtivo e livre, é uma atividade e não uma mercadoria.

É justamente neste metabolismo homem-natureza que se concentra a confusão conceitual elaborada por Arendt. Para ela Karl Marx elaborou uma confusão conceitual em torno do conceito de trabalho, confundindo a atividade do trabalho com a atividade do labor. Segundo ela, a produção na sociedade moderna está assentada no “trabalho” não qualificado, uma característica do labor. A expressão “trabalho não qualificado”, para Arendt, já é um contra-senso, pois, a atividade do trabalho se realiza por meio da qualificação e dom do artífice (trabalhador). Sendo assim, nesta espécie de “trabalho” nenhuma qualificação ou habilidade individual é necessária. Isto porque, na transformação histórica dos modos de produção - de artesanal para manufatureira e, desta, para a produção mecanizada e automatizada – alterou-se a quantidade dos produtos fabricados, a natureza do processo de produção e a natureza dos bens produzidos (ARENDR, 2005, p. 93). Esta mudança na natureza do processo de produção deu-se efetivamente pela divisão do trabalho (labor) no processo produtivo. A chamada divisão do trabalho (labor) - ou organização do labor - é o fundamento da produção moderna, pois, neste processo, a relevância está na produtividade do trabalho (labor) e não na qualificação do trabalhador. O motivo crucial da promoção do labor como trabalho na era moderna foi, portanto, a sua produtividade. Esta produtividade reside na “força humana” que não se esgota depois de produzir os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um “excedente”

(ARENDRT, 2005, p. 99)³. O processo produtivo moderno, portanto, não tem começo e nem fim determinado – o que, segundo Arendt, é uma qualidade específica da atividade do trabalho – e, assim como o labor, este processo produtivo realiza-se através da capacidade que todo ser humano possui como participante do ciclo de sobrevivência e reprodução da espécie (WAGNER, 2000, p. 96).

Anterior à Revolução Industrial, o “trabalho” não qualificado como fundamento da produção, realizou-se na produção manufatureira. E esta espécie de produção ainda está fundamentada na atividade do *homo faber* por estar voltada para a fabricação de objetos constituídos de certa durabilidade do mundo. É somente a partir da Revolução Industrial que o processo produtivo volta-se para a produção de bens de consumo, pois estes desfrutam de rápida permanência no mundo e estão vinculados ao processo de labor. As relações entre produção e consumo estão, assim, intimamente conectadas com o surgimento da produção industrial, pois os produtos produzidos perderam sua qualidade de permanência e durabilidade do mundo. Quando um objeto de uso (produzido pelo *homo faber*) perde sua qualidade de durabilidade, passa a ser utilizado como um bem de consumo. Assim, o processo de produção com o advento da grande indústria tornou-se processo de labor. É deste modo, portanto, que, para Arendt, a produção capitalista assenta-se na atividade do labor, e não do trabalho. Esta foi a mudança na natureza dos bens produzidos: a Revolução Industrial substituiu todo artesanato pelo labor. Produzem-se produtos do labor, cujo destino é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a serem usados (ARENDRT, 2005, p. 137).

Sendo assim, Arendt compreende que a confusão conceitual realizada na modernidade⁴ entre a atividade do trabalho e a atividade do labor, não gerou apenas uma mudança quantitativa nos modos de produção, mas também, uma mudança na natureza do processo de produção e dos bens produzidos. Ou seja, a finalidade da produção é simplesmente produzir. O princípio da

³ Anterior a Arendt, Karl Marx já havia percebido isto, que a produção capitalista assenta-se na exploração da força de trabalho dos trabalhadores.

⁴ Segundo Arendt esta diferença já existe em Adam Smith.

produção, neste caso, deixa de ser a utilidade e passa a ser o da felicidade, pois, a atividade do *homo faber* cede espaço para a atividade do *animal laborans*. Por consequência, o centro deixa de ser o homem e passa a ser a vida. A mudança na natureza do processo de produção refere-se à divisão do trabalho (labor), enquanto que, a mudança na natureza dos bens produzidos refere-se à formação de uma sociedade de consumidores. Sendo assim, a realização da atividade do labor na esfera pública é responsável pela elevação da produtividade, na era e no mundo moderno (WAGNER, 2000, p. 99). Desta forma, Arendt compreendeu que, as confusões entre trabalho e labor conduziram ao desaparecimento da distinção entre a esfera pública e a esfera privada. O labor, outrora pertencente à intimidade familiar, passa a ser gerenciado pela esfera pública. Este fenômeno, que surge na era moderna, propiciou o surgimento da esfera social - esta não sendo nem pública nem privada; referindo-se à sociedade, como o conjunto de famílias organizadas de modo a constituírem-se como uma única família sobre-humana, organizada politicamente como “nação” (ARENDR, 2005, p. 37). A comunidade política como uma família faz surgir a relação entre administradores e administrados. A organização familiar outrora especificamente privada passa a ser o gerenciamento da coisa pública. Tal relação, para Arendt, não é política. O animal que trabalha é o ponto central destas organizações sociais, pois eles produzem para o bem da família, da “nação”, para o enriquecimento da “nação”.

Conclusão

Confundido com o labor, ou não, é significativo afirmar que a elucidação do que seja e, do papel que o conceito de trabalho desempenha na sociedade, é de suma relevância. Karl Marx, inserido no tumultuoso século XIX, lutou contra a exploração capitalista, elaborou os conceitos de mais valia e trabalho alienado como categorias epidérmicas da expropriação. É a partir deste contexto teórico que Hannah Arendt busca pensar as confusões entre as categorias de trabalho e labor que

desembocaram no nascimento da sociedade moderna. Para ela a expropriação propiciou uma perda de lugar no mundo, de referência. Compreender o nascimento da sociedade moderna significa compreender os atos humanos que transformaram a história. É exatamente por isso que *A condição humana*, obra publicada em 1958, veio incitar a pergunta: “o que estamos fazendo?”. A partir daí, pensar o mundo do trabalho, portanto, é fundamental dentro de nossas relações sociais, de nossas relações de convivência. Compreender a confusão conceitual moderna significa compreender as mudanças sociais que se estabeleceram. No entanto, faz-se mister, também, esclarecer como, de que modo e quais funções desempenham tais atividades no pensamento de Karl Marx. Somente aí poderemos perceber que, não somente seus contextos, como suas análises se diferem. Arendt e Marx estão arraigados em referenciais teóricos diferentes. Para Marx, o presente ilumina o passado, enquanto que, para Arendt, é o passado que ilumina o presente. Para Marx, a individualização realiza-se com a libertação histórica do homem dos laços que o prendem na comunidade, pois, originariamente, o homem se mostra um ser genérico, um ser tribal, isto é, a individualização é a do *animal laborans*, referida aos membros da espécie. Ela manifesta-se, assim, pelo isolamento entre os homens e da relação subjetiva que o indivíduo mantém consigo mesmo, que se manifesta na forma de interesses privados. Já em Arendt, a individualidade é a do homem de ação, que se manifesta através da iniciativa e da palavra, objetivada na convivência entre os homens. A individualidade é assentada na pluralidade humana – pluralidade de seres singulares. Talvez possamos dizer que Marx preocupa-se com as condições básicas e necessárias para todo ser humano ter uma vida digna, enquanto que, para Arendt, a preocupação é cultural e política, no sentido de que, ela preocupa-se em retomar a tradição antiga da *polis* grega. Para Arendt, o fundamental é recuperar o espaço público. Para Marx, o fundamental é acabar com a desigualdade econômica. Temos, portanto, dois modelos antropológicos e políticos. Percebe-se claramente a distinção entre Marx e Arendt, dois modelos para se pensar a filosofia política. E, considerando tais distinções, o relevante não é contrapor ou aproximar ambos os pensadores, mas sim – propiciado pela diferença histórica

que os compõe – procurar suscitar a reflexão no leitor, para que este possa pensar de que modo à análise de ambos auxilia a compreender a sociedade em que vivemos.

E, no que se refere a crítica arendtiana ao conceito de trabalho elaborado por Karl Marx, pode-se afirmar que, Arendt concebe a antropologia marxiana centralizada na atividade do trabalho, isto é, observa o homem como um animal trabalhador e como feitor da história⁵. Para ela as atividades humanas encontram-se dissolvidas no pensamento de Marx. A inversão da dialética de Hegel colocou o homem que trabalha no centro da antropologia marxiana, pois o conceito de trabalho em Marx não diferencia duas atividades singulares do ser humano, a saber, a atividade que os homens realizam para atender as necessidades de sobrevivência e reprodução da espécie humana e, a atividade que os seres humanos realizam para a produção de coisas – objetos de uso ou de arte. A sociedade socializada de Marx, segundo Arendt, transforma todo trabalho (work) em labor, cuja única finalidade é a sustentação do processo vital (ARENDR, 2005, p. 100). Marx, ao inverter Hegel, inverteu a hierarquia entre ação (práxis) e pensamento (theoria), provocando uma indistinção entre as atividades oriundas da dicotomia entre *vita activa* e *vita contemplativa*. Para Arendt, Marx trouxe o conceito de verdade – que anteriormente encontrava-se na quietude contemplativa – para o mundo dos assuntos humanos. Sendo assim, seguindo o raciocínio de Wagner (2000, p. 81), este foi o golpe que a tradição do pensamento sofreu na era moderna: aboliu a contemplação e colocou o pensamento sob o jugo da ação.

⁵ Para Arendt, esta caracterização do homem como animal trabalhador permitirá a utilização ideológica das idéias de Marx pelo bolchevismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hannah. *A condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *As Origens do totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- PIRES, Cecília P. *Anotações acerca do conceito de trabalho*. In: Revista das Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.
- WAGNER, Eugênia S. *Hannah Arendt e Karl Marx*. O mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.